

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Questão 1

De acordo com o Estatuto da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) São atividades privativas da advocacia a postulação a órgão do Poder Judiciário, aos juizados especiais, as atividades de consultoria, assessoria, exceto direção jurídica.
- b) Os atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas são sempre assinados por advogados, sem exceção.
- c) As atividades privativas de advocacia podem ser exercidas pelos integrantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria da Fazenda Nacional, exceto pelos Consultores Jurídicos dos Estados, do DF e dos Municípios.
- d) O estagiário de advocacia, regularmente inscrito, pode praticar as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídica em conjunto com advogado e sob a responsabilidade deste.

Questão 2

De acordo com o Estatuto da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) Os atos privativos de advogado praticados por pessoa não inscrita na OAB são nulos, sem prejuízo das sanções civis, penais e administrativas.
- b) O advogado sempre deverá postular, em juízo ou fora dele, prova do mandato, sem exceção.
- c) A presença do advogado após a renúncia do mandato é facultativa.
- d) Existe hierarquia entre advogados e magistrados.

Questão 3

De acordo com o Estatuto da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) São direitos da advogada lactante, adotante ou que der à luz a entrada em tribunais sem ser submetida a detectores de metais e aparelhos de raios X.
- b) São direitos da advogada gestante a reserva de vaga em garagens dos fóruns dos tribunais.
- c) A advogada que adotou uma criança não tem preferência na ordem das sustentações orais e das audiências a serem realizadas a cada dia.
- d) A advogada adotante ou que der à luz não tem direito a suspensão de prazos processuais.

Questão 4

De acordo com o Estatuto da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) Para inscrição como advogado é necessário apenas comprovar a capacidade civil, diploma e aprovação no Exame de Ordem.

- b) O estrangeiro ou brasileiro, quando não graduado em direito no Brasil, não precisa fazer prova do título de graduação, obtido em instituição estrangeira.
- c) A inidoneidade moral, suscitada por qualquer pessoa, deve ser declarada mediante decisão que obtenha no mínimo dois terços dos votos de todos os membros do conselho competente, em procedimento que observe os termos do processo disciplinar.
- d) O estágio profissional de advocacia, com duração de quatro anos, realizado no início do curso jurídico, pode ser mantido pelas respectivas instituições de ensino superior pelos Conselhos da OAB, ou por setores, órgãos jurídicos e escritórios de advocacia credenciados pela OAB, sendo obrigatório o estudo deste Estatuto e do Código de Ética e Disciplina.

Questão 5

De acordo com o Estatuto da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) A inscrição principal do advogado deve ser feita no Conselho Seccional em cujo território pretende estabelecer o seu domicílio profissional, na forma do regulamento geral.
- b) No caso de mudança efetiva de domicílio profissional para outra unidade federativa, deve o advogado requerer a inscrição suplementar para o Conselho Seccional correspondente.
- c) Cancela-se a inscrição do profissional se assim o requerer, por motivo justificado.
- d) Licencia-se o profissional que passar a exercer, em caráter definitivo, atividade incompatível com a advocacia.

Questão 6

De acordo com o Estatuto da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) A sociedade de advogados e a sociedade unipessoal de advocacia adquirem personalidade jurídica com o registro aprovado dos seus atos constitutivos na junta comercial.
- b) As procurações podem ser outorgadas coletivamente aos advogados e indicar a sociedade de que façam parte
- c) Nenhum advogado pode integrar mais de uma sociedade de advogados, constituir mais de uma sociedade unipessoal de advocacia, ou integrar, simultaneamente, uma sociedade de advogados e uma sociedade unipessoal de advocacia, com sede ou filial na mesma área territorial do respectivo Conselho Seccional.
- d) Os advogados sócios de uma mesma sociedade profissional podem representar em juízo clientes de interesses opostos.

Questão 7

De acordo com o Estatuto da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) A relação de emprego, na qualidade de advogado, retira a isenção técnica e reduz a independência profissional inerentes à advocacia.

- b) A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de quatro horas contínuas e a de vinte horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva ou em caso de dedicação exclusiva.
- c) Nas causas em que for parte o empregador, ou pessoa por este representada, os honorários de sucumbência não são devidos aos advogados empregados.
- d) Os honorários de sucumbência, percebidos por advogado empregado de sociedade de advogados não são partilhados entre ele e a empregadora.

Questão 8

De acordo com o Estatuto da Advocacia, assinale a alternativa correta.

- a) A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB apenas os honorários convencionados, sendo vedado os honorários por arbitramento judicial e os de sucumbência.
- b) Na falta de estipulação ou de acordo, os honorários são fixados por arbitramento judicial, em remuneração compatível com o trabalho e o valor econômico da questão, podendo ser inferiores aos estabelecidos na tabela organizada pelo Conselho Seccional da OAB.
- c) A decisão judicial que fixar ou arbitrar honorários e o contrato escrito que os estipular são títulos executivos e constituem crédito privilegiado na falência, concordata, concurso de credores, insolvência civil e liquidação extrajudicial.
- d) Prescreve em cinco anos a ação de cobrança de honorários de advogado, contado o prazo do início do contrato.

FILOSOFIA DO DIREITO

Questão 9

“Quando nos perguntamos se um ordenamento jurídico constitui um sistema, nos perguntamos se as normas que o compõem estão num relacionamento de coerência entre si, e em que condições é possível essa relação.” Norberto Bobbio.

Um dos problemas enfrentamos pelos profissionais do direito é a contradição entre duas normas. Sobre este tema marque a assertiva adequada ao pensamento do autor:

- a) As lacunas deixadas pelo legislador podem ser preenchidas pelas técnicas de autointegração ou de heterointegração.
- b) Em razão da coerência do ordenamento jurídico todas as contradições entre normas jurídicas podem ser resolvidas pelos critérios de especialidade, de hierarquia e cronológico.
- c) A antinomia constitui-se quando duas normas de um mesmo ordenamento jurídico sejam incompatíveis e possuam o mesmo âmbito de validade.
- d) A ocorrência da antinomia perpassa por todo o texto jurídico da norma, assim uma norma não pode ser aplicada sem necessariamente entrar em conflito com todo o texto de outra.

Questão 10

“A vontade não está pois simplesmente submetida à lei, mas sim submetida de tal maneira que tem de ser considerada também como legisladora ela mesma, e exatamente por isso e só então submetida à lei (...)” Immanuel Kant

O pensamento de Immanuel Kant trata da ideia de liberdade, que pode ser interna (moral) ou externa (jurídica) e que traz novos desdobramentos para o estudo do direito. A respeito da relação entre liberdade, direito e moral marque a assertiva adequada ao pensamento do autor:

- a) A noção de moral é ligada aos princípios religiosos cristãos de respeito irrestrito ao ser humano e a sua liberdade.
- b) O direito e a moral estão conectados, de modo que a obediência as regras jurídicas é também um ato moral, e toda ação oposta à moralidade é violação à ordem jurídica.
- c) A liberdade permite que o indivíduo busque satisfazer seu interesse individual, empregando os demais como meios para se atingir a finalidade pretendida.
- d) O direito é o conjunto das condições por meio das quais o arbítrio de um pode estar de acordo com arbítrio de outro segundo a lei universal da liberdade.

DIREITO CONSTITUCIONAL**Questão 11**

Igor é servidor público da administração tributária federal. No ano de 2018 foi instaurado um processo administrativo disciplinar que culminou com a sanção de suspensão de 10 (dez) dias, conforme a legislação própria. Ocorre que, tal fato acabou gerando problemas também na carreira do servidor, já que o mesmo restou impossibilitado de ser promovido por merecimento nos três anos subsequentes. Outrossim, Igor acabou não tendo assistência jurídica devida na seara administrativa. Diante desse contexto, e considerando os valores constitucionais dispostos pela Carta Magna, é possível afirmar que a ausência de defesa por advogado:

- a) não afronta a ordem jurídico-constitucional, caso tenham sido assegurados o corolário do contraditório e da ampla defesa previsto na Constituição;
- b) acabou afrontando só a garantia constitucional do devido processo legal;
- c) afrontou apenas a garantia constitucional da ampla defesa;
- d) afrontou apenas a garantia constitucional do contraditório;

Questão 12

Determinado Município ALFA, situado no Estado GAMA, tem enfrentado ao longo dos últimos meses uma grave crise de instabilidade político-social. Isso se deve aos diversos problemas na área da segurança pública, gerados em grande parte pela falta de estrutura do Estado no combate ao crime organizado. Nos últimos dias, foi instalado um novo problema com facções

rivais, o que tem agravado ainda mais o sentimento de medo e tensão da população local. Diante da situação prática, assinale a alternativa correta:

- a) A União ou o Estado GAMA podem intervir no Município ALFA, com o fim de restabelecer a ordem pública gravemente comprometida.
- b) O Estado GAMA pode intervir no Município ALFA, com o propósito de fazer cessar ameaça à segurança pública e à ordem constitucional estabelecida.
- c) A União pode intervir no Estado GAMA para pôr fim ao grave comprometimento da ordem pública. No entanto, o Estado GAMA não pode intervir no Município ALFA nessa hipótese.
- d) A União pode intervir no Município ALFA para o restabelecimento da ordem pública gravemente comprometida, devendo submeter o decreto de intervenção à apreciação do Congresso Nacional.

Questão 13

Determinado partido político consulta o advogado Roserval Mitto acerca da possibilidade de ajuizamento de ação de controle de constitucionalidade, tendo em vista que a norma estadual XYZ tem interpretação quanto à sua constitucionalidade controvertida, tanto em órgãos da administração pública, como em órgãos do Poder Judiciário. Experiente advogado constitucionalista, Roserval prontamente emite um parecer jurídico no sentido de que:

- a) a Ação Declaratória de Constitucionalidade prescinde de uma interpretação judicial controvertida, sendo suficiente a divergência doutrinária na interpretação da norma.
- b) a existência de controvérsia no âmbito do poder judiciário é requisito de cabimento para o ingresso da Ação Declaratória de Constitucionalidade.
- c) o partido político não tem legitimidade para propor ação de controle abstrato de constitucionalidade.
- d) o controle concentrado de constitucionalidade é realizado pelo Superior Tribunal de Justiça.

Questão 14

Ricardo, estudante de direito procura o seu professor Paulo para tirar uma dúvida pontual acerca do estudo da teoria geral da constituição. Ricardo indaga ao professor o que aconteceria com determinado artigo X da Lei A, editada e promulgada em 1982, com o advento de uma nova Constituição em 1988. O professor Paulo responde ao aluno que no caso em exame:

- A) Ocorreria a “não recepção” caso não houvesse compatibilidade material.
- B) O referido dispositivo da Lei A seria declarado inconstitucional à luz do novo texto da Constituição, devendo ser reconhecido efeito retroativo sobre a decisão de controle.
- C) Seria possível, na ausência de disposição expressa, do fenômeno denominado “desconstitucionalização”, de modo que o art. X da Lei A ingressaria na nova ordem constitucional com status infraconstitucional.

D) Ocorreria o fenômeno chamado de inconstitucionalidade superveniente, tendo em vista que art. X da Lei A, embora constitucional perante o texto da CRFB/82, seria considerado inválido com o advento da CRFB/88.

Questão 15

No tema dos projetos de emenda à constituição, o legislador constituinte trouxe disposições peculiares que limitam poder derivado de reforma. Nesse sentido, analise as alternativas a seguir e marque a alternativa correta:

- a) A iniciativa popular poderá ser exercida com a apresentação de proposta de emenda constitucional subscrita por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.
- b) não poderá ser objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto obrigatório, secreto, universal e periódico.
- c) A proposta será discutida e votada em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
- d) A Constituição não poderá ser emendada apenas na vigência de intervenção federal ou estado de sítio.

Questão 16

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu competências próprias para atuação do Supremo Tribunal Federal na estrutura do poder judiciário. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- a) Ato coator praticado por Ministro de Estado que viole direito líquido e certo do impetrante não amparado por habeas corpus e habeas data caberá o uso do Mandado de Segurança a ser impetrado no Supremo Tribunal Federal.
- b) As causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País são de competência do Supremo Tribunal Federal.
- c) As causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face de lei federal cabe Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.
- d) A competência é do Supremo Tribunal Federal processar e julgar originalmente a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

Questão 17

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta no tema da prerrogativa de foro para os Congressistas.

- a) A competência para julgamento dos Parlamentares é do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se o foro por prerrogativa somente para crimes praticados durante o exercício do cargo e que tenham relação com as funções desempenhadas pelo parlamentar.

- b) Uma vez diplomado, o parlamentar será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal ainda que o crime praticado tenha ocorrido antes da diplomação.
- c) A prerrogativa de foro dos Congressistas abrange tanto as infrações penais comuns quanto os crimes de responsabilidade.
- d) Os Deputados e Senadores não são processados criminalmente por opiniões, palavras e votos proferidos dentro ou fora do parlamento, desde que haja conexão entre a ofensa irrogada e o exercício do mandato. Mas, todavia, a prerrogativa não impede que os parlamentares sejam civilmente processados pela vítima da ofensa.

DIREITOS HUMANOS

Questão 18

“A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é um documento marco na história dos direitos humanos. Elaborada por representantes de diferentes origens jurídicas e culturais de todas as regiões do mundo, a Declaração foi proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris, em 10 de dezembro de 1948, por meio da Resolução 217 A (III) da Assembleia Geral como uma norma comum a ser alcançada por todos os povos e nações. Ela estabelece, pela primeira vez, a proteção universal dos direitos humanos” (in: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>, acesso em 23/9).

Tendo em vista o texto acima, no que diz respeito aos sistemas internacionais de proteção aos direitos humanos, assinale a alternativa correta:

- a) O sistema global de direitos humanos é o único sistema internacional consistente, pois compreende um vasto conjunto normativo, a compreender tratados e convenções internacionais gerais específicos.
- b) O sistema global de direitos humanos, concebido no pós-2ª Guerra Mundial, decorre da sensibilização da comunidade internacional quanto às atrocidades perpetradas durante as grandes guerras, que impôs inúmeras violações aos direitos mais básicos de milhares de seres humanos.
- c) Entre os sistemas regionais de direitos humanos temos o MERCOSUL do qual o Brasil faz parte e assume protagonismo na condução dos interesses do bloco.
- d) O sistema regional de direitos humanos é subsidiário, atuando tão somente na ausência de norma interna ou internacional do sistema global.

Questão 19

Ao discorrer sobre a hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos, Ingo Wolfgang Salter, conclui: “enquanto não sobrevenha uma posição uniformizadora, ao que tudo indica, são duas as possibilidades atualmente reconhecidas pelo STF: a) hierarquia (equivalente) de emenda constitucional, no caso dos tratados de direitos humanos incorporados mediante observância do rito estabelecido pelo parágrafo 3º do artigo 5º da CF; b) hierarquia supralegal, aplicável aos tratados de direitos humanos ratificados pelo sistema convencional, por meio de

Decreto Legislativo aprovado com maioria simples.”. Considerando ser esse o posicionamento atual do STF, necessário bem compreender o conceito de controle de convencionalidade, assim entendido como

- a) o controle, abstrato ou difuso, feitos pelos tribunais brasileiros quanto à compatibilização de nosso ordenamento interno com os tratados e convenções internacionais formais e materialmente constitucionais.
- b) o controle feito pelo STF em quanto a possibilidade de os tribunais aplicarem ou não o ordenamento jurídico internacional para fundamentação de decisões judiciais internas.
- c) o controle efetuado pela Corte Internacional de Justiça (no âmbito da ONU) e da Corte Interamericana de Direitos Humanos (no âmbito da OEA) para buscar a compatibilização entre os sistemas internacionais de Direitos Humanos.
- d) controle efetuado pelo Ministério das Relações Exteriores quanto aos tratados que devem ser aplicados ou refutados pelo Congresso Nacional na aprovação dos tratados internacionais.

DIREITO INTERNACIONAL

Questão 20

A respeito da teoria geral do direito internacional público, assinale a alternativa correta.

- a) De acordo com a teoria dualista, o tratado seria um meio em si criação de direito interno, sendo sua incorporação mera formalidade.
- b) Para a teoria da autolimitação, de George Jellinek, o fundamento do Direito Internacional seria a vontade internacional, adotada pelo Estado, por decisão própria, de acordo com a sua soberania.
- c) Para a teoria monista, o Estado em soberania absoluta e não está subordinado a nenhum sistema jurídico que não tenha emanado de sua própria vontade.
- d) De acordo com a teoria da vontade coletiva, a vontade coletiva se manifesta expressamente por lei e, tacitamente, no costume, de modo a surgir uma vontade majoritária dependente das vontades individuais.

Questão 21

A respeito da teoria geral do direito internacional público, assinale alternativa correta.

- a) De acordo com a teoria do monismo, não se aceita a existência de duas ordens jurídicas autônomas, independentes e não derivadas.
- b) De acordo com o monismo aceitam-se várias ordens jurídicas, com aplicabilidade simultânea aplicadas em um só ordenamento.
- c) Na teoria monista, aceita-se a existência de duas ordens jurídicas, uma nacional e outra internacional, sendo que a norma internacional confere validade a norma nacional.

d) No dualismo é aceito a validade de uma norma internacional, desde que não conflite com a ordem interna e seja expressamente definido pela ordem jurídica nacional.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 22

Em março de 2016 a pessoa jurídica Alfa firmou contrato de locação de 100 (cem) veículos automotores por 2 (dois) anos com a empresa XPTO Locadora de Veículos Ltda., proprietária dos veículos. Foi estipulado nesse contrato de locação que a locatária assumia a plena responsabilidade por eventuais débitos relativos ao IPVA, cujos fatos geradores ocorressem no período de vigência do contrato. Como a locatária não pagou o IPVA dos exercícios de 2017 e 2018 de todos os veículos automotores objetos do contrato de locação, a Fazenda do Estado moveu Execução Fiscal em face da empresa locadora, objetivando o recebimento. Defendeu-se a executada alegando não ser responsável pelo pagamento do imposto, visto que a locatária assumira a responsabilidade por meio do contrato firmado. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A empresa locadora e a empresa locatária respondem solidariamente pelo pagamento do IPVA.
- b) A empresa locatária é a única responsável pelo pagamento do IPVA.
- c) A empresa locadora é a responsável pelo pagamento do IPVA.
- d) A Fazenda do Estado (exequente) pode escolher de quem cobrar o IPVA, isto é, da locadora ou da locatária, segundo critérios de conveniência e oportunidade.

Questão 23

Eduardo adquiriu um imóvel de Pedro no ano de 2017. No momento da aquisição pendiam de pagamento o IPTU e a Taxa de Coleta de Lixo dos exercícios de 2015 e 2016, a Taxa de Fiscalização de Funcionamento do estabelecimento comercial que estava estabelecido no imóvel antes da venda, do ano de 2016, e uma multa por infração à legislação de posturas (aplicada por mau estado de conservação da calçada defronte o imóvel) aplicada no ano de 2015, cuja prova de quitação não constou no título translativo da propriedade. Em 2018 Eduardo foi surpreendido com a sua citação, em Execução Fiscal, como responsável tributário, para o pagamento de todos os tributos acima mencionados. Sobre a hipótese, é correto afirmar, de acordo com o Código Tributário Nacional, que Eduardo pode ser responsabilizado:

- a) Somente pelo IPTU.
- b) Pelo IPTU e pela Taxa de Coleta de Lixo.
- c) Pelo IPTU, pela Taxa de Coleta de Lixo e pela Taxa de Fiscalização de Funcionamento.
- d) Por todos os tributos.

Questão 24

Após fortes chuvas que caíram na Região Sul do Brasil, destruindo várias cidades e deixando milhares de desabrigados, o que levou, inclusive, à publicação de um Decreto de Calamidade Pública, o Presidente da República editou, logo em seguida, uma Medida Provisória instituindo empréstimo compulsório para arcar com as despesas necessárias à reconstrução das cidades e ajuda aos desabrigados. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) O empréstimo compulsório não pode ser instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, mas pode ser instituído por Medida Provisória.
- b) O empréstimo compulsório não pode ser instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, e pode ser instituído por Medida Provisória.
- c) O empréstimo compulsório pode ser instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, e pode ser instituído por Medida Provisória.
- d) O empréstimo compulsório pode ser instituído para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, mas não pode ser instituído por Medida Provisória.

Questão 25

João adquiriu um lote de terreno na zona de expansão urbana do Município, onde reside com a sua família. O imóvel está localizado num Condomínio ainda não dotado dos seguintes melhoramentos: meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais, abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, rede de iluminação pública, e nem escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel. Considerando somente as informações apresentadas na hipótese acima, é correto afirmar que sobre a propriedade desse bem imóvel:

- a) Não haverá a incidência do IPTU e nem do ITR, pois o imóvel está situado na zona de expansão urbana do Município.
- b) Haverá a incidência do IPTU.
- c) Não haverá a incidência do IPTU e nem do ITR, pois o imóvel não é dotado daqueles melhoramentos.
- d) Haverá a incidência do ITR.

Questão 26

Determinado Estado da Federação ajuizou Execução Fiscal em face da pessoa jurídica ABC Ltda., visando a cobrança de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) incidente sobre o deslocamento de mercadoria de um para outro estabelecimento do mesmo contribuinte. Após penhora de bem imóvel, a pessoa jurídica ABC Ltda. opôs embargos à execução. Posteriormente, a pessoa jurídica executada requereu a substituição da penhora do imóvel por fiança bancária. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A Execução Fiscal deve ser extinta, pois o ICMS não é devido, e o contribuinte tem direito subjetivo à substituição da penhora.

- b) A Execução Fiscal não deve ser extinta, pois o ICMS é devido, e o contribuinte tem direito subjetivo à substituição da penhora.
- c) A Execução Fiscal deve ser extinta, pois o ICMS não é devido, e o contribuinte não tem direito subjetivo à substituição da penhora.
- d) A Execução Fiscal não deve ser extinta, pois o ICMS é devido, e o contribuinte não tem direito subjetivo à substituição da penhora.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 27

Os Municípios Alfa, Beta e Gama decidiram criar um consórcio público para a execução de serviços de recolhimento unificado de lixo. Como não iriam outorgar o exercício de potestades públicas à entidade administrativa, os entes federativos em questão formalizaram o respectivo protocolo de intenções, no qual previram a criação de uma pessoa jurídica de direito privado, a ser denominada “LIMPARE ABG”, pelo prazo de quinze anos, constituída na forma da lei. Contudo, logo no início das atividades da “LIMPARE ABG”, o Município Gama descumpriu com as obrigações regularmente assumidas no contrato de rateio.

Com base nisso, é correto afirmar:

- a) “LIMPARE ABG” é uma associação pública;
- b) O Município Beta tem legitimidade para, isoladamente, exigir do Município Gama o cumprimento das obrigações constantes do contrato de rateio;
- c) Qualquer exigência só poderá ser concretizada se os Municípios Alfa e Beta a procederem conjuntamente;
- d) Gama não poderá ser obrigada a cumprir as obrigações anteriormente assumidas no contrato

Questão 28

A licitação é dispensável quando:

- a) não for possível a licitação entre os participantes;
- b) não houver interessados à licitação anterior e esta, prescindido justificativa, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, sendo feitas adaptações às condições da licitação anterior
- c) o objeto for a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;
- d) a Administração Pública assim preferir.

Questão 29

Autarquia estadual foi condenada em ação trabalhista movida por seus empregados públicos. O advogado dos referidos empregados pleiteou, em execução, a penhora de dois imóveis da entidade para fazer frente à dívida. O pedido é

- a) inadmissível, por se tratar de bens pertencentes à pessoa jurídica de direito público, insuscetíveis de penhora.
- b) admissível, por se tratar de débito para com servidores públicos, hipótese em que ocorre a automática desafetação dos referidos bens.
- c) inadmissível, por se tratar de bens do patrimônio indisponível de pessoa jurídica integrante da Administração indireta, sujeita a regime jurídico de direito privado.
- d) admissível, por se tratar de crédito alimentar e de bens pertencentes à Administração pública indireta, sujeitos a regime privado.

Questão 30

Em relação à delegação de serviços públicos:

- a) poderá ocorrer de forma negocial quando servir a entidades da Administração Indireta;
- b) compete privativamente aos Estados legislar sobre normas gerais de licitação e contratação;
- c) é vedado à Administração Pública retomar o serviço anteriormente concedido ainda durante a vigência do contrato de concessão;
- d) a concessão poderá ser extinta quando houver falência ou extinção da empresa concessionária e falecimento ou incapacidade do titular, no caso de empresa individual.

Questão 31

Considere as seguintes hipóteses:

- I. José Carlos, não sendo agente público, induziu seu primo Douglas, servidor público federal, à prática de ato de improbidade administrativa.
- II. Horácio, não sendo agente público, concorreu para a prática de ato de improbidade administrativa praticado por sua amiga Tábata, servidora pública federal ainda não estável.
- III. Isabel, não sendo agente público, se beneficiou indiretamente pela prática de ato de improbidade administrativa praticado pela sua vizinha, Sofia, que exercia cargo em comissão na empresa pública "X".

Nesses casos, as disposições da Lei nº 8.429/1992 serão aplicáveis, no que couber, a

- a) José Carlos, Douglas, Horácio, Tábata, Isabel e Sofia.
- b) Douglas, Tábata e Sofia, apenas.
- c) José Carlos, Douglas, Horácio, Tábata e Sofia, apenas.
- d) Douglas, Horácio e Tábata, apenas.

Questão 32

O Governador do Estado Alfa, com o objetivo de conferir maior dinamismo à fiscalização tributária, celebrou contrato administrativo com esse objetivo, isso após o devido processo licitatório. À sociedade empresária contratada foi permitida a aplicação de sanções, com rigorosa observância dos limites legais, sendo o serviço prestado remunerado com a cobrança de tarifa, sempre proporcional à fiscalização realizada.

À luz da sistemática jurídica vigente, nos planos constitucional e infraconstitucional, é correto afirmar que o contrato administrativo celebrado é

- a) regular, pois expressa o exercício do poder discricionário pelo Governador do Estado, rendendo estrita observância aos princípios da legalidade e da proporcionalidade.
- b) irregular, pois o poder discricionário do Governador do Estado somente poderia ser exercido com a prática de atos administrativos.
- c) regular, pois a delegação do poder de polícia à sociedade empresária foi antecedida de processo licitatório e rendeu estrita observância ao princípio da legalidade.
- d) irregular, pois o aspecto sancionatório do poder de polícia não poderia ser delegado à iniciativa privada, muito menos remunerado com o pagamento de preço público.

DIREITO AMBIENTAL

Questão 33

Órgão ambiental do Estado do Rio de Janeiro não emitiu a licença ambiental dentro do prazo estabelecido na legislação ambiental. Neste caso,

- a) instaurará a competência supletiva.
- b) autorizará a prática de ato que dela dependa ou decorra.
- c) implicará a emissão tácita.
- d) instaurará a competência subsidiária.

Questão 34

A empresa Asfalto Liso foi escolhida para construir uma rodovia que irá interligar dois estados da federação, passando por uma terra indígena. Neste caso, marque a opção correta:

- a) o órgão ambiental federal irá licenciar a atividade.
- b) os órgãos ambientais dos dois estados atingidos irão licenciar a atividade.
- c) o órgão ambiental federal em conjunto com os órgãos ambientais dos dois estados atingidos irão licenciar a atividade.
- d) o Ministério do Meio Ambiente irá definir por intermédio de portaria qual será o órgão competente.

DIREITO CIVIL**Questão 35**

Rosenval Roberval Demerval Rosê Du Val Junior, conhecido professor de Direito Ambiental, sofre acidente automobilístico enquanto se dirigia ao sítio da família. Ele sobrevive ao acidente, mas seu irmão acaba falecendo. Dias depois, Fabiano, companheiro de seu irmão desde 1985, dá início ao inventário do falecido. Fabiano e seu companheiro não tinham qualquer disposição escrita a respeito de sua união e ele e Rosenval não possuem ascendentes nem descendentes. Nesse caso, Rosenval

- a) terá direito a dois terços da herança, porque se aplica a sucessão do companheiro prevista no art. 1.790 do Código Civil, já que a união estável de seu irmão e Fabiano começou antes da declaração de inconstitucionalidade do referido dispositivo.
- b) terá direito à metade da herança, sendo irrelevante a data de início da união estável entre seu irmão e Fabiano, diante da declaração de inconstitucionalidade do referido dispositivo.
- c) terá direito à metade da herança, porque o companheiro faz jus à meação, sendo a outra parte deferida aos herdeiros, na ordem preconizada pelo Código Civil.
- d) não terá direito hereditário, sendo irrelevante a data de início da união estável entre seu irmão e Fabiano, diante da declaração de inconstitucionalidade do referido dispositivo.

Questão 36

Renan Ronan Conan Renê de Taís Araújo passeava tranquilamente com sua filha de poucos anos de idade. A menina, brincando com o taco de beisebol que ganhou do pai, acaba acertando o retrovisor do veículo que passava próximo à calçada. Com o impacto, o motorista, que no momento mandava uma mensagem via Whatsapp, acabou perdendo o controle do veículo e colidindo com uma árvore. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta.

- a) Renan não responde pelo dano, já que não houve culpa de sua filha, mas sim culpa exclusiva da vítima.
- b) Renan não responde pelo dano, se provar que não teve culpa pelo ato de sua filha
- c) Renan responde pelo dano, mas a indenização à vítima deve ser reduzida, tendo em vista a concorrência de culpas entre a autora do dano e a vítima.
- d) Renan responde pelo dano, mas a indenização não é alterada pela conduta da vítima, já que o dano não ocorreria sem o ato da filha daquele.

Questão 37

Renato Coelho Lebre Roger Rabbit Von Borello mora em Brasília. Por força da função que exerce, teve de se deslocar para outro local. A respeito do domicílio necessário, se Renato for

- a) diplomata, terá domicílio no último ponto do território nacional onde teve domicílio antes de se deslocar ao estrangeiro.

- b) servidor público, terá domicílio onde for chamado para exercer função extraordinária, como, por exemplo, num mutirão judiciário.
- c) militar do Exército, terá domicílio na sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
- d) da Marinha, terá domicílio onde o navio estiver matriculado.

Questão 38

Ricardo Colina Montanha Canyon Morro Monte do Vale estabeleceu, em contrato, que sortearia um pacote de 2ª Fase do Exame da OAB ao aluno que tivesse a nota mais alta do Simulado. No entanto, fê-lo sem o conhecimento dos demais professores. Por isso, resolveu revogar a promessa que fez. Nesse caso, ele

- a) não poderá fazê-lo se o simulado já tiver sido realizado e já for possível saber quem foi o aluno vencedor da disputa, porque a promessa de recompensa é irrevogável.
- b) não poderá fazê-lo, mesmo que dê a mesma publicidade à revogação, porque a promessa de recompensa, porque a promessa de recompensa é irrevogável.
- c) poderá fazê-lo, mesmo que o simulado já tenha sido realizado e já for possível saber quem foi o aluno vencedor da disputa, porque a promessa de recompensa é revogável.
- d) poderá fazê-lo, desde que o simulado ainda não tenha sido realizado e já for possível saber quem foi o aluno vencedor da disputa, porque a promessa de recompensa é revogável.

Questão 39

Priscila Carpinteira Marceneira Serralheira Pedreira Ferreira é credora de Vanderlei, Arlei, Rudinei e Nei. No contrato, foi estabelecida a solidariedade entre os devedores. Considerando que Priscila cobra o valor integral da dívida de Vanderlei, e que Arlei está insolvente, é correto afirmar que

- a) se a dívida interessar exclusivamente a Vanderlei, caso ele pague, não poderá cobrar nada dos demais codevedores.
- b) ao cobrar a dívida de Vanderlei, os demais codevedores estão tacitamente exonerados da obrigação.
- c) se Rudinei pagar parte da dívida, Vanderlei pode ser chamado a pagar o valor integral da dívida, descontada a parte de Arlei.
- d) se Vanderlei pagar a dívida, integralmente, os demais serão chamados a arcar com seu quinhão da dívida, excetuando-se a parte de Arlei.

Questão 40

Igor Metatron Raziel Auriel Camael Rafael Haniel Miguel Gabriel Maciel celebra contrato de compra e venda com determinada sociedade empresarial. No contrato, está prevista alteração do prazo prescricional de cinco para sete anos, sendo que a alegação deve obrigatoriamente estar contida em eventual petição inicial de reparação. Além disso, está prevista a

irrenunciabilidade da prescrição em favor de Igor, bem como a manutenção da fluência do prazo de prescrição mesmo ele faleça. De acordo com as regras do Código Civil, é válida a cláusula que prevê a

- a) manutenção da fluência do prazo de prescrição mesmo que Igor faleça.
- b) irrenunciabilidade da prescrição.
- c) alegação da prescrição exclusivamente no primeiro grau de jurisdição.
- d) alteração do prazo prescricional de cinco para sete anos.

Questão 41

Diego Cerqueira César Berbert Wow Murloc Vasconcelos Distrito de Braga é credor de uma dívida de R\$100 mil. Ocorre que, na data do vencimento, o devedor não pagou a dívida. Depois de algumas tratativas, Diego e o devedor entabularam acordo, prevendo que ele entregaria ao credor um veículo. Nesse caso, houve

- a) novação, tendo a criação de uma nova dívida na qual o devedor entregará um veículo.
- b) dação em pagamento, já que o devedor não pagando, dando uma coisa no lugar da dívida.
- c) compensação, porque se compensou o valor devido com a coisa dada.
- d) confusão, pelo que a dívida e a coisa dada se confundiram no pagamento.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**Questão 42**

O casal Marcelo e Camila têm genuíno desejo de terem filho, muito embora tenham respectivamente, 20 e 17 anos de idade. Devido a um acidente automobilístico, Camila foi obrigada a remover o útero, razão pela qual não pode engravidar naturalmente.

Em visita à instituição de acolhimento da cidade de domicílio conheceram Júlia, uma linda menina com 3 anos de idade, gordinha e feliz, que se amolda justamente ao sonho de paternidade, maternidade e afetividade do casal.

Em consulta à Vara de Infância e Juventude foram informados de que:

- a) Podem requerer a adoção de Júlia desde previamente procedam à habilitação para a adoção. Uma vez habilitado podem ingressar com pedido de adoção específica da criança pretendida.
- b) Não há qualquer impedimento para adotar. Contudo, dada a vedação legal à adoção intuito personae no Direito da Infância e Juventude brasileiros, não podem escolher quem adotarão. Devem apenas informar sexo, idade e características físicas, ingressando no cadastro de adoção para posteriormente adotar segundo a lista de espera.
- c) Podem adotar Júlia, contudo, serão obrigados aguardar a maioridade de Camila, pois um dos requisitos estabelecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente é possuir idade mínima de 18 anos.

d) Não poderão adotar por vários motivos, entre eles em razão da idade da pretensa adotante, em razão da diferença de idade entre a pretensa adotante e a criança, que é inferior a 18 anos. Além disso, nosso ordenamento da infância e juventude não permite a adoção intuito personae. Assim, ao procederem ao procedimento de habilitação para a adoção devem apenas informar sexo, idade e características físicas, ingressando no cadastro de adoção para posteriormente adotar segundo a lista de espera.

Questão 43

Gilberto, 17 anos de idade, deseja cursar Engenharia Mecatrônica na Alemanha. Tendo em vista que já concluiu o ensino regular no Brasil, inscreve-se para a prova de admissão na Unidade de Berlim. Para tanto, necessitará viajar ao país entre os dias 12 e 18 de dezembro.

Dadas as ocupações profissionais da genitora, apenas o seu pai o acompanhará.

À luz da disciplina expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) Gilberto necessitará de autorização judicial por se tratar de viagem para o exterior.
- b) Como está acompanhado de um responsável, não será necessária qualquer autorização.
- c) Para poder viajar para o exterior apenas com o genitor, Gilberto precisará de autorização expressa da genitora, reconhecida em cartório.
- d) Gilberto, por ser relativamente incapaz, não precisa de qualquer autorização, nem sequer necessitaria estar acompanhado, para realização da viagem internacional.

DIREITO DO CONSUMIDOR**Questão 44**

Josefa, sempre atendida com as promoções de sapatos nos sites das lojas, resolveu realizar a compra de uma sandália recém lançada que ainda não havia nas lojas físicas de sua cidade.

No momento da compra, percebeu que o site apenas trazia 02 (duas) opções de tamanho (34 e 36), sem informar exatamente as medidas. Baseada nas medidas de outras marcas que costuma comprar, Josefa resolveu comprar o tamanho 34.

Passados 10 (dez) dias, a peça de roupa chega em sua casa e Josefa é surpreendida com uma infelicidade: a sandália ficou muito apertada em seu pé, aparentando que as medidas da loja online são por demais reduzidas.

Diante de tal problema, sem saber o que fazer, Josefa busca atendimento no PROCON para buscar esclarecimentos sobre seus direitos.

Assinale a alternativa que possui o correto posicionamento sobre o caso.

- a) Josefa não tem direito à troca da sandália por um tamanho que sirva nela;
- b) Ainda que a sandália calçasse bem Josefa, ela teria direito a se arrepender da compra;

- c) No caso de Josefa desistir do contrato de compra, ela não terá direito ao ressarcimento do frete pago;
- d) Se Josefa houvesse comprado a mesma sandália em uma loja física de sua cidade, teria direito à troca.

Questão 45

Fulano recebeu uma revista do Supermercado “X” com a exposição de vários produtos e seus respectivos preços, contendo esta um aviso grande em sua capa: “COBRIMOS QUALQUER PREÇO”. Animado com a possibilidade de comprar um computador por um preço mais razoável, o rapaz dirigiu-se até o Supermercado “X”, colocou o notebook que queria no carrinho e seguiu para o caixa.

No momento de pagar, contestou o preço do Supermercado “X”, mostrando o valor de uma loja de informática, que era menor, e requereu a diminuição do preço. Porém, a caixa, orientada pelo gerente do Supermercado, não procedeu à redução do preço mesmo com o requerimento de Fulano sobre a publicidade da revista, justificando que só poderiam ser aceitos preços de concorrentes do ramo de supermercados.

Inconformado com a situação, mas querendo comprar prontamente o notebook, Fulano decide pagar o valor exposto no Supermercado “X” e reivindicar seus direitos posteriormente.

Com base no Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar:

- a) Fulano tem direito a receber o valor pago no notebook em dobro;
- b) Houve publicidade abusiva por parte do Supermercado "X", visto que o consumidor foi surpreendido no momento do pagamento;
- c) Houve publicidade enganosa por parte do Supermercado "X", visto que o produto apresentava risco à saúde do consumidor;
- d) Se a publicidade fosse assim escrita “COBRIMOS QUALQUER OFERTA DE CONCORRENTES DA REDE DE SUPERMERCADOS”, evitar-se-ia o engano por parte do consumidor.

DIREITO EMPRESARIAL**Questão 46**

O empresário individual Júlio Melgaço adquiriu da Metalúrgica Cotriguaçu Ltda., mediante o uso de sua firma, um estabelecimento industrial situado em Conquista d’Oeste. O adquirente prosseguiu com a exploração da empresa.

Com base nessa informação, assinale a afirmativa incorreta.

- a) O estabelecimento adquirido por Júlio Melgaço da Metalúrgica Cotriguaçu Ltda., em Conquista d’Oeste, pode ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, compatíveis com a sua natureza.

- b) Se não restarem bens suficientes para a Metalúrgica Cotriguaçu Ltda. solver seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em 30 dias a partir de sua notificação.
- c) O trespasse do estabelecimento de Conquista d'Oeste importa a sub-rogação de Júlio Melgaço nos contratos estipulados para sua exploração, se não tiverem caráter pessoal, salvo disposição contratual em contrário.
- d) Júlio Melgaço responde solidariamente com a Metalúrgica Cotriguaçu Ltda. pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido pelo prazo de 1 ano a partir da publicação do contrato de trespasse na imprensa oficial.

Questão 47

A partir da previsão contida no art. 1.143 do Código Civil, segundo o qual “pode o estabelecimento ser objeto unitário de direitos e de negócios jurídicos, translativos ou constitutivos, que sejam compatíveis com a sua natureza”, é possível afirmar que tal instituto tem natureza de:

- a) comunhão ou universalidade de direitos;
- b) universalidade de fato;
- c) patrimônio de afetação;
- d) pessoa natural;

Questão 48

A sociedade empresária Sousa Grife Masculina Ltda., com sede em Brasília, em reunião de sócios, decide aprovar o trespasse da filial situada em Curitiba.

Para que o trespasse seja considerado eficaz em relação a terceiros, é preciso que o contrato seja averbado:

- a) à margem da inscrição da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, e seja publicado na imprensa oficial;
- b) no Registro de Títulos e Documentos do local da sede da sociedade e publicado em jornal de grande circulação nas localidades em que a sociedade tenha sede e filiais;
- c) à margem da inscrição da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo das Juntas Comerciais, dispensada qualquer publicação oficial;
- d) no Registro de Títulos e Documentos de Brasília e Curitiba, dispensada qualquer publicação oficial.

Questão 49

Maciel Comidas Típicas Ltda. EPP requereu a falência de Rosenal Distribuidora de Bebidas Ltda. com base em crédito fundado em duplicata vincenda, sacada pela primeira sociedade no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) em face da segunda.

Na petição inicial, a parte credora narra que a sociedade é composta por apenas dois sócios, ambos administradores, que estão ausentes do estabelecimento e não deixaram representante habilitado com recursos para pagar aos credores. O único estabelecimento encontra-se fechado há dois meses.

Com base no relato acima e nas disposições da Lei nº 11.101/2005, assinale a afirmativa correta.

- a) O credor poderá requerer a falência nas condições apresentadas, devendo especificar na petição os fatos que a caracterizam, juntando-se as provas que houver e especificando-se as que serão produzidas.
- b) Não poderá ser requerida a falência da sociedade em razão de o crédito ser vincendo; caberia apenas a ação de falência se se verificasse a impontualidade sem relevante razão de direito.
- c) A falência não poderá ser requerida, porque não houve a comprovação de ajuizamento de ação de execução por quantia certa prévia na qual o devedor, citado, tenha se mantido inerte.
- d) O credor poderá requerer a falência nas condições apresentadas, porém deverá anexar à petição a certidão do protesto da duplicata para fins falimentares.

Questão 50

As alternativas a seguir apresentam figuras que estão proibidas de exercer a atividade empresarial, à exceção de uma.

Assinale-a.

- a) O falido que, mesmo não tendo sido condenado por crime falimentar, não foi reabilitado por sentença que extingue suas obrigações.
- b) O magistrado e membro do MP.
- c) O militar da ativa.
- d) A mulher casada pelo regime da comunhão universal de bens, se ausente a autorização marital para o exercício de atividade empresarial.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 51

José, divorciado, está na cidade de Turim na Itália, local em que permanecerá por, pelo menos, um ano para realização de curso de especialização em gastronomia. Após oito meses de curso, sofre acidente de trânsito e falece no local. José era domiciliado em Curitiba/PR, onde desempenhada a função de auxiliar de chef há mais de cinco anos. Seus bens estão situados na cidade de São Paulo, local em que nasceu, e seus filhos residem em Porto Alegre, local em que ambos fazem faculdade de Direito na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A saída do território nacional se deu pela cidade do Rio de Janeiro, no aeroporto de Galeão.

No caso concreto, considerando a disciplina da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil) sobre competência territorial, conclui-se que a ação de inventário deverá ser ajuizada no foro da

- a) comarca do Rio Grande do Sul, onde residem os herdeiros do falecido.
- b) comarca do Rio de Janeiro, último domicílio do falecido no Brasil.
- c) comarca de São Paulo, onde estão situados os bens imóveis do falecido.
- d) comarca de Curitiba, onde está situado o domicílio do autor da herança.

Questão 52

Priscila ajuizou ação indenizatória contra Pâmela e o feito tramita em uma das varas cíveis da comarca de Cascavel/PR. No curso do processo, Pâmela, por intermédio de seu advogado contratado, altera a verdade dos fatos e provoca incidentes manifestamente infundados. Neste caso, o magistrado que preside o feito deverá, de ofício, ou a requerimento da outra parte, considerar Pamela litigante de má-fé, condenando-a a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que ela efetuou, além de pagar multa, em regra,

- a) superior a 1% e inferior a 20% do valor corrigido da causa.
- b) não excedente a 1% sobre o valor corrigido da causa.
- c) superior a 1% e inferior a 10% do valor corrigido da causa.
- d) não excedente a 2% sobre o valor corrigido da causa.

Questão 53

Juliano, juiz de direito, possui uma família de juristas. Seu bisavô, José, é advogado. Também são advogados seus primos, André, filho do seu tio Gilberto, e João, neto do seu tio Ronaldo. Nestes casos, de acordo com o Código de Processo Civil brasileiro, Juliano não poderá exercer suas funções de juiz no processo contencioso ou voluntário, quando estiver postulando como advogado da parte

- a) José e André, apenas
- b) André e João, apenas.
- c) André, apenas.
- d) José, apenas.

Questão 54

Em um processo de conhecimento, a parte ré adota postura defensiva e não colaborativa. Além de opor resistência injustificada, o réu embargou inconsistentemente, por duas vezes, caracterizando abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório das partes, a parte lesada poderá requerer tutela provisória de

- a) evidência.

- b) urgência cautelar incidental.
- c) urgência antecipada antecedente.
- d) urgência cautelar antecedente.

Questão 55

Lacir trafegava com sua moto quando foi vítima de um acidente de trânsito, em que colidiu com o carro de Deolinda, que dirigia o veículo no momento da batida. Em decorrência da colisão, Lacir teve seu pé amputado. Há em trâmite uma ação penal onde se verificam as causas do acidente e eventual responsabilidade penal de Deolinda pelo evento lesivo. Lacir propôs posteriormente a ação penal, uma demanda pleiteando reparação civil pelos danos sofridos. Nessa situação, é correto afirmar:

- a) se o conhecimento do mérito da ação depender da verificação da existência de fato delituoso, e havendo ação penal em curso, ocorrerá a suspensão do processo cível que não poderá ser superior a um ano.
- b) a responsabilidade civil independe da penal e por isso não poderá o juiz suspender o trâmite da ação.
- c) se a ação penal não for proposta no prazo de seis meses a contar da data da suspensão, o juiz poderá suspender o processo civil, devendo examinar incidentalmente a questão prévia sobre a responsabilidade penal.
- d) caso o processo seja suspenso por conta da existência da ação penal em trâmite, após o prazo de um ano sem que a questão de mérito seja apreciada na esfera penal, deverá o juiz extinguir o processo civil proferindo sentença terminativa.

Questão 56

Neimar ajuizou ação contra Jussara requerendo indenização por danos materiais e morais. Na sentença, o Juiz apreciou apenas o pedido de indenização por danos materiais. De acordo com o Código de Processo Civil, trata-se de sentença

- a) omissa, mas que pode ser integrada, pelo próprio julgador, ao decidir embargos de declaração, os quais são opostos, perante o Juiz prolator da sentença, no prazo de cinco dias, interrompendo o prazo para interposição de outros recursos.
- b) omissa, mas que pode ser integrada, pelo próprio julgador, ao decidir embargos de declaração, os quais são opostos, perante o Juiz prolator da sentença, no prazo de dois dias, suspendendo o prazo para interposição de outros recursos.
- c) citra petita, mas que pode ser integrada, pelo Tribunal, ao decidir embargos de declaração, os quais são opostos, na segunda instância, no prazo de cinco dias, interrompendo o prazo para interposição de outros recursos.
- d) citra petita, devendo ser declarada nula pelo Tribunal, sem possibilidade de integração.

Questão 57

João ajuizou ação de indenização por danos morais e materiais contra José, sob alegação de que José passou pelo cruzamento em alta velocidade, não obstante a sinalização indicasse sinal de “pare”. O abalroamento, causou danos materiais, em razão da destruição parcial do veículo, além de danos estéticos, posto que ficou com uma cicatriz no rosto. Na petição inicial, o advogado de João manifestou expressamente o desinteresse na composição consensual. Ao receber a peça inicial, que preenche todos os requisitos legais, o Juiz designou audiência de conciliação e determinou a citação do réu com pelo menos 20 dias da data agendada para o ato processual. Após ser citado e intimado para comparecer à audiência conciliatória designada, José protocola, por meio do seu advogado, petição manifestando expressamente desinteresse na composição amigável. Nesse caso, o réu poderá oferecer contestação no prazo de 15 dias, cujo termo inicial será a data

- a) da intimação do réu da decisão do Magistrado que deferiu o pedido de cancelamento da audiência.
- b) da juntada do novo mandado de citação, necessário para a lide em questão diante do cancelamento da audiência conciliatória.
- c) da audiência conciliatória designada, de caráter obrigatório, que não será cancelada mesmo com os pedidos veiculados pelas partes.
- d) do protocolo da sua petição postulando o cancelamento da audiência conciliatória.

DIREITO PENAL

Questão 58

José, ex-marido de Maria, inconformado com o término do casamento, decide matar a ex-esposa e seu atual namorado, Jonas. Assim, e para poupar esforços, José coloca uma bomba no carro pertencente a Maria, a fim de que o carro exploda quando do acionamento do veículo, e ambos morram juntos. Quando Maria liga o veículo a bomba é acionada, provocando o óbito de Maria e de Jonas.

Neste caso:

- a) Ocorreu crime único.
- b) Ocorreram dois crimes de homicídio qualificado em concurso material, devendo as penas ser somadas.
- c) Ocorreram dois crimes de homicídio qualificado em concurso formal próprio, devendo ser aplicado o sistema da exasperação.
- d) Ocorreram dois crimes de homicídio qualificado em concurso formal impróprio (ou imperfeito), devendo as penas ser somadas.

Questão 59

José, com o intuito de subtrair o celular de Maria, emprega contra esta violência, exigindo a entrega do aparelho. Maria, desesperada ao perceber que perderá seu aparelho, suplica a José

que não realize a subtração. José, então, abandona voluntariamente a execução, não subtraindo o aparelho, deixando Maria no chão, tendo esta sofrido apenas lesão corporal de natureza leve.

Neste caso, José:

- a) responderá pelo crime de lesão corporal leve, em razão da desistência voluntária.
- b) responderá pelo crime de lesão corporal leve, em razão do arrependimento eficaz.
- c) responderá pelo crime de lesão corporal leve, em razão do arrependimento posterior.
- d) responderá pelo crime de roubo tentado.

Questão 60

Paulo, durante uma comemoração familiar, ingere três taças de vinho, ficando levemente embriagado. Após o término da festa, o filho de Paulo, Mateus, passa mal e precisa ser levado com urgência ao Hospital, mas não há qualquer outra pessoa na casa além de Paulo e de Mateus. Paulo, então, temendo pela vida do filho, leva a criança de carro até o Hospital mais próximo, mesmo sabendo que, em tese, não poderia dirigir sob a influência de álcool.

Abordado por policiais militares na porta do Hospital, Paulo afirma que só agiu assim porque não poderia aguardar a chegada da ambulância para socorrer seu filho, eis que reside em área de difícil acesso, o que é verdade.

Neste caso, Paulo:

- a) teria praticado, em tese, o crime de dirigir sob a influência de álcool, previsto no Código de Trânsito Brasileiro, mas será isento de pena pela inimizabilidade.
- b) teria praticado, em tese, o crime de dirigir sob a influência de álcool, previsto no Código de Trânsito Brasileiro, mas não haverá crime em razão da excludente de ilicitude do estado de necessidade.
- c) teria praticado, em tese, o crime de dirigir sob a influência de álcool, previsto no Código de Trânsito Brasileiro, mas não haverá crime em razão do estrito cumprimento do dever legal.
- d) praticou o crime de dirigir sob a influência de álcool e deverá responder pelo delito.

Questão 61

José praticou o crime de furto simples, cuja pena é de reclusão de 01 a 04 anos e multa. Durante o processo sobreveio nova lei, reduzindo a pena do crime de furto, que passaria a ser de 01 a 03 anos de reclusão e multa.

Neste caso,

- a) José será beneficiado pela lei nova, que terá eficácia retroativa. A lei nova mais benéfica seria aplicável mesmo que entrasse em vigor depois do trânsito em julgado da sentença.
- b) José será beneficiado pela lei nova, que terá eficácia retroativa. Todavia, a lei nova mais benéfica não seria aplicável caso entrasse em vigor depois do trânsito em julgado da sentença.
- c) José não será beneficiado pela lei nova, pelo princípio do *tempus regit actum*.

d) José será beneficiado pela lei nova desde que haja requerimento expresso da defesa.

Questão 62

Maria é gerente de uma agência bancária na qual o cofre central só abre com a aposição do polegar de Maria no leitor de digitais, por questões de segurança. Paulo, sabendo desta peculiaridade, exige que Maria abra o cofre e entregue a ele R\$ 100.000,00 em dinheiro. Maria reluta, mas Paulo afirma que se não fizer o que foi mandado, Paulo irá matar Júnior e Mariana, filhos de Maria, pois conhece toda a rotina da família. Assustada, Maria abre o cofre e entrega o dinheiro a Paulo.

Nesse caso:

- a) Maria deve responder pelo crime, mas terá sua pena diminuída.
- b) Maria não praticou crime, por ter havido coação física irresistível.
- c) Maria não praticou crime, em razão da coação moral irresistível, que é excludente de culpabilidade.
- d) Maria praticou crime, mas sua punibilidade ficará afastada.

Questão 63

José e Maria (ambos com 22 anos), namorados, decidem subtrair R\$ 100,00 da carteira do pai de José, que possui 58 anos, para que possam ir juntos ao cinema. Para tanto, combinam a realização da empreitada criminosa, de forma que enquanto Maria distrai o futuro sogro, José surrupia os valores.

Neste caso,

- a) José e Maria responderão pelo crime de furto simples.
- b) José e Maria responderão pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes.
- c) Maria responderá pelo crime de furto qualificado pelo concurso de agentes e José será isento de pena.
- d) José e Maria serão isentos de pena.

DIREITO PROCESSUAL PENAL**Questão 64**

Juliana é investigada em inquérito policial pela prática do crime de receptação. Ao final das investigações, o MP conclui que não há prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, motivo pelo qual requer o arquivamento do IP por falta de base para a denúncia. O arquivamento é homologado pelo Juiz competente.

Em dúvida sobre os efeitos da decisão, Juliana procura você, advogado, indagando sobre a possibilidade de reabertura futura das investigações. Neste caso, você deverá esclarecer que

- a) é possível a retomada futura das investigações, desde que haja notícia da existência de prova nova.
- b) não é possível a retomada futura das investigações, mesmo que haja notícia da existência de prova nova.
- c) não é possível a retomada futura das investigações, salvo se houver requerimento da vítima, mesmo sem novas provas.
- d) é possível a retomada futura das investigações, ainda que não haja notícia da existência de prova nova.

Questão 65

Pedro, investigado em inquérito policial pela prática do crime de extorsão (art. 158 do CP), compra uma passagem só de ida para um país que não possui tratado de extradição com o Brasil.

Neste caso, havendo prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, dada a possibilidade de fuga, o Juiz:

- a) Poderá decretar a prisão preventiva, de ofício, para garantia da instrução criminal.
- b) Não poderá decretar a prisão preventiva de ofício, mesmo que ao fundamento de garantia da aplicação da lei penal.
- c) Poderá decretar a prisão preventiva, de ofício, para garantia da aplicação da lei penal.
- d) Poderá decretar a prisão preventiva, a requerimento do MP, para garantia da ordem pública.

Questão 66

Pedro, deputado federal, pratica em concurso de pessoas com Joana, sua esposa, o crime de peculato, durante o exercício de seu mandato como parlamentar.

Neste caso:

- a) houve conexão, e ambos serão julgados pelo STF.
- b) houve continência, e ambos serão julgados pelo STJ.
- c) houve continência, e ambos serão julgados pelo STF.
- d) houve conexão, e Pedro será julgado pelo STF, enquanto Joana será julgada pelo Juízo de primeira instância.

Questão 67

Maria foi denunciada perante o Juizado especial criminal pela prática do crime de difamação (art. 139 do CP). Ao oferecer a denúncia, o membro do MP asseverou não ser possível o oferecimento de proposta de transação penal, vez que Maria já havia sido condenada definitivamente, três anos antes, pela prática do crime de dano, no qual recebeu somente a pena de multa.

Neste caso, procurado por Maria, você, na qualidade de advogado, deverá esclarecer que:

- a) o membro do MP agiu incorretamente, pois a condenação anterior à pena de multa não impede o oferecimento de proposta de transação penal.
- b) o membro do MP agiu corretamente, pois a condenação anterior à pena de multa impede o oferecimento de proposta de transação penal.
- c) o membro do MP agiu incorretamente, pois a condenação não impediria o oferecimento de proposta de transação penal, ainda que tivesse sido aplicada pena privativa de liberdade.
- d) o membro do MP agiu incorretamente, já que a transação penal é direito subjetivo daqueles que praticam infrações de menor potencial ofensivo.

Questão 68

Tiago foi denunciado perante o Tribunal do Júri pela prática do crime de Homicídio doloso simples consumado, enquanto Judas foi denunciado, em outro processo, também perante o Tribunal do Júri, pela prática do crime de aborto provocado sem o consentimento da gestante. Ao final da instrução preliminar, Tiago foi pronunciado, nos termos da denúncia, enquanto Judas, no outro processo, foi impronunciado pelo Juiz, dada a ausência de indícios de autoria.

Tiago ficou inconformado com a pronúncia, e o MP também ficou inconformado com a impronúncia de Judas. Nesse caso:

- a) o recurso cabível, em ambos os casos, é o recurso em sentido estrito.
- b) o recurso cabível, em ambos os casos, é a apelação.
- c) o recurso cabível no caso de Tiago é o recurso em sentido estrito, e no caso de Judas é a apelação.
- d) o recurso cabível no caso de Tiago é a apelação, e no caso de Judas é o recurso em sentido estrito.

Questão 69

No que tange à apreciação da prova, o Código de Processo Penal adotou, como regra, o sistema

- a) da persuasão racional, estabelecendo que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida na investigação policial, podendo fundamentar sua decisão condenatória apenas com base nos elementos informativos colhidos na investigação.
- b) da íntima convicção, estabelecendo que o juiz formará sua convicção pela livre análise dos fatos, conforme seu sentimento íntimo de justiça.
- c) da prova tarifada, estabelecendo, inclusive, que a confissão é a rainha das provas, de forma que, em tendo havido confissão, deverá o Juiz condenar o acusado.
- d) da persuasão racional, estabelecendo que o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo, porém, fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 70

Junior da Silva, porteiro, desde 2005, na empresa “Corujas do Brasil” Ltda., foi cientificado, em 01 de agosto 2018, por seu empregador, que a manutenção de seu contrato de trabalho havia se tornado inviável, devido a crise financeira.

No entanto, já no curso do aviso prévio, o empregado registrou sua candidatura ao cargo de dirigente sindical, este vinculado a categoria dos porteiros, e tendo prontamente informado a empresa.

Com relação ao caso narrado e, levando em consideração a legislação vigente, assinale a alternativa correta:

- a) Junior da Silva não poderia ser dispensado, pois ao atingir 10 anos de labor na empresa adquiriu o direito à estabilidade decenal.
- b) Junior da Silva tem direito a convalidação da dispensa e a continuidade do contrato de trabalho a partir do momento que informou seu empregador do registro de sua candidatura ao cargo de dirigente sindical.
- c) O registro da candidatura durante o aviso prévio não assegura a Junior o direito à estabilidade, ainda que eleito.
- d) A empresa deverá ingressar com Inquérito para Apuração de Falta Grave contra Junior para validar sua dispensa, por se tratar de exigência legal do cargo de direção sindical.

Questão 71

Juliana foi contratada como vendedora pela concessionária de veículos “Pop Carros” LTDA. No ato de contratação ficou estipulado que o salário seria pago quinzenalmente, as gratificações trimestralmente e as comissões de forma mensal. Em dúvida sobre os prazos estipulados pelo empregador, Juliana lhe procura como advogado, e deverá ser orientada, no seguinte sentido:

- a) O pagamento do salário poderá ocorrer quinzenalmente, contudo, as gratificações e as comissões deverão ser pagas, obrigatoriamente, de maneira mensal.
- b) O pagamento do salário poderá ocorrer quinzenalmente, não sendo possível estipular período superior a um (um) mês e as gratificações e as comissões poderão ser pagas da maneira convencional.
- c) O pagamento do salário não poderá ocorrer quinzenalmente, já as gratificações e as comissões deverão ser pagas, obrigatoriamente, de maneira trimestral.
- d) O pagamento do salário, gratificação e as comissões deverão obrigatoriamente ocorrer de modo mensal, sendo vedado estipular período superior a 1 (um) mês.

Questão 72

A Transportadora “Pé na Estrada” Ltda., com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados, exigia de seus motoristas exames anuais para fins de controle do uso de entorpecentes, assim como, bebidas alcoólicas. João, motorista contratado recentemente pela transportadora, se recusou a realizar os exames determinados pela diretoria da empresa.

Assim, sob a égide do poder diretivo do empregador, e nos termos da lei, o empregador:

- a) Poderá aplicar as devidas sanções disciplinares.
- b) Deverá rescindir o contrato de trabalho, na modalidade rescisão indireta.
- c) Deverá obrigatoriamente procurar outros meios de controle da qualidade dos serviços.
- d) Poderá somente conscientizar os empregados da necessidade dos exames, sendo que a recusa não caracterizará nenhuma infração.

Questão 73

Anita, empregada doméstica na residência do casal Sandy e Junior, após pequeno desentendimento com sua patroa, e em momento de surto, quebrou toda a sua coleção de cristais da Rua 25 de Março, e que estavam na família há duas gerações.

O Sr. Junior, compreensivo, e em razão do grande carinho que nutria por Anita, decide descontar de seu salário uma parte do dano sofrido, este correspondente a 20% do montante salarial.

Com base na legislação trabalhista, o desconto revela-se:

- a) Legal, pois advindo de prejuízo sofrido pelo empregador em razão de dolo da empregada.
- b) Ilegal, pois é legalmente vedado qualquer desconto nos salários da empregada.
- c) Legal, em razão de Anita ser empregada doméstica, e a legislação autorizar o desconto em qualquer montante.
- d) Ilegal, em razão de não ter havido autorização da empregada neste sentido.

Questão 74

A Indústria “Aço e Ferro” Ltda., com sede em Coronel Murta/MG, está enfrentando grave crise financeira e, alternativamente, pretende com base na legislação em vigor, negociar individualmente a redução em 50% dos valores pagos a título de participação nos lucros e resultados aos seus empregados mais antigos, Dudu Gomes e Maria Rita.

A proprietária da empresa, Priscilinha, busca orientação em seu escritório, e explica que Dudu Gomes trabalha há 19 anos na empresa, percebendo mensalmente um salário equivalente a R\$7.000,00 (sete mil reais); enquanto que Maria Rita, graduada em Economia, trabalha na empresa há 7 anos e recebe mensalmente duas vezes o salário de Dudu.

Neste sentido, é correto informar para a proprietária da empresa que:

- a) A empresa só poderá negociar a redução na participação nos lucros e resultados com Dudu, levando em consideração que este trabalha na empresa há mais de 10 anos.

- b) A empresa não poderá negociar diretamente com os empregados a redução na participação nos lucros e resultados, já que trará prejuízo a estes.
- c) A empresa poderá negociar a redução na participação nos lucros e resultados apenas com Maria Rita, pois esta é formada em curso superior e recebe mensalmente acima de duas vezes o limite máximo dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social.
- d) A empresa poderá negociar a redução na participação nos lucros e resultados com ambos os empregados, pois percebem remuneração superior ao teto da previdência.

Questão 75

O Restaurante “Delicinhas da Vida” foi notificado para apresentar defesa perante a Reclamação Trabalhista movida por José Carlos, antigo garçom da empresa, e que ora requer a condenação da empresa ao pagamento de diferenças das verbas rescisórias, as quais foram quitadas sem computar as gorjetas habitualmente recebidas.

O empregado requer, ainda, a anotação em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, quanto aos valores recebidos a título de gorjeta.

Analisando as informações narradas, assinale a alternativa correta:

- a) As gorjetas integram a remuneração, porém, não devem constar na CTPS do empregado.
- b) As gorjetas não integram a remuneração e por isso não servem como base de cálculo das verbas rescisórias.
- c) As gorjetas compreendem-se na remuneração do empregado para todos os efeitos legais, e deve constar a estimativa dos valores recebidos na CTPS.
- d) As gorjetas são usadas como base de cálculo somente do adicional noturno e não sobre as verbas rescisórias.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO**Questão 76**

Leonardo, estudante de Direito, inscrito na OAB como Estagiário, e contratado há 2 anos por um renomado escritório de advocacia em Porto Alegre, decide ingressar com Reclamação Trabalhista perante o seu ex-empregador, Hotel “Be happy”, onde laborou como recepcionista, e postulando diversas verbas trabalhistas que entende não terem sido adimplidas. Nesta situação, a ação proposta por Leonardo

- a) Deverá ser aceita, pois ele se enquadra na exigência legal de estar devidamente registrado como estagiário de direito na OAB.
- b) Não deverá ser aceita, pois somente o advogado tem capacidade postulatória.
- c) Deverá ser aceita, pois na Justiça do Trabalho, ainda, vigora o princípio do Jus Postulandi, de forma que as partes poderão postular em juízo sem estarem representadas por advogado.

d) Não deverá ser aceita, pois trata-se de uma prerrogativa tão somente da Reclamada de poder postular em juízo sem a representação de advogado

Questão 77

Luís Henrique, enfermeiro, foi contratado pela Empresa “Saúde Certa” LTDA. No entanto, cumpria jornada de 12 horas de trabalho, sendo 6 horas de labor na Empresa “Saúde Certa” LTDA., e o restante do período no Hospital “Vida e Luz” LTDA., tratando-se de empresas integrantes do mesmo grupo econômico. Após a rescisão contratual, o empregado ingressou com uma Reclamação Trabalhista perante as 2 (duas) empresas, pleiteando, dentre outras verbas, horas extras e verbas rescisórias.

As empresas foram devidamente notificadas acerca da data designada pelo juízo para audiência inicial.

Em audiência, a empresa “Saúde Certa” Ltda. deixou de comparecer à audiência, tendo comparecido e apresentado defesa tão somente o Hospital “Vida e Luz” LTDA.

Nesta situação retratada, assinale a alternativa correta:

- a) A empresa que não compareceu em audiência será imputado os efeitos da revelia, ainda que a contestação apresentada pelo outra reclamada lhe beneficie.
- b) O juiz deverá imputar os efeitos da revelia a ambos os reclamados, pois um dos reclamados não compareceu em audiência.
- c) Ainda que o advogado da reclamada ausente tivesse comparecido em audiência e apresentado a defesa, esta não seria aceita.
- d) Não será imputada a empresa que não compareceu em audiência os efeitos da revelia, eis que a outra reclamada apresentou contestação, o que a beneficiará.

Questão 78

Lucas ingressou com Reclamação Trabalhista frente ao seu ex-empregador, Padaria “Pão Fresquinho”. Na audiência inicial, a empresa se fez representar por um dos colegas de infância do dono, Sr. Joaquim, o qual compareceu em juízo, juntamente com o advogado do estabelecimento empresarial, estando este munidoda defesa. Diante de tal situação, o advogado de Lucas requereu a revelia da empresa, sob a alegação de que Joaquim, não preenchia os requisitos legais para ser preposto. Neste sentido, verifica-se que:

- a) A empresa pode ser representada por preposto em audiência, desde que esse seja gerente, ou ainda, por qualquer outro empregado que tenha conhecimento do fato, o que não se verificou no caso em tela.
- b) É facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, e cujas declarações obrigarão o proponente. No entanto, o preposto não precisa ser necessariamente empregado da parte reclamada, bastando que conheça dos fatos.

- c) O empregador não pode se fazer substituir em audiência por nenhuma outra pessoa, ainda que esta tenha conhecimento dos fatos, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato.
- d) A empresa pode ser representada por preposto em audiência, desde que esse seja empregado e tenha conhecimento dos fatos, com exceção do empregador doméstico, o qual poderá se fazer substituir por qualquer pessoa de sua família.

Questão 79

Em determinada Reclamação Trabalhista, a Entidade Filantrópica “Luz do Amanhã” foi condenada subsidiariamente a pagar diversas verbas trabalhistas ao empregado Zé dos Anjos. Depois de homologados os cálculos, em sede de liquidação, e citado o devedor principal para pagamento, o qual se quedou inerte, a execução foi direcionada contra a Entidade, o que a faz querer questionar o valor da dívida.

Diante da situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A Entidade Filantrópica pode embargar a execução no prazo legal, somente após garantir o juízo.
- b) A CLT não permite que a Entidade Filantrópica, por ser devedora subsidiária, ajuíze embargos de devedor.
- c) A garantia do juízo para ajuizar embargos de devedor é desnecessária, por se tratar de Entidade Filantrópica.
- d) A Entidade Filantrópica, por ser equiparada a ente público terá o prazo em dobro para oferecer embargos à execução.

Questão 80

Rosenval trabalhou por um ano em São Paulo/SP, e os três últimos anos do contrato de trabalho em Varginha/MG.

Quando dispensado, retornou para São Paulo, onde ajuizou Reclamação Trabalhista em face do ex-empregador, Doceria “Floresta Encantada”.

A notificação foi recebida, e imediatamente a empresa apresentou exceção de incompetência em razão do lugar, a qual foi acolhida pelo magistrado, determinando-se a remessa dos autos para o TRT/MG. Diante da decisão interlocutória proferida pelo magistrado, Rosenval

- a) Poderá interpor agravo de instrumento.
- b) Poderá interpor recurso ordinário.
- c) Poderá impetrar mandado de segurança.
- d) Deverá aguardar decisão definitiva para recorrer de forma mediata, já que as decisões interlocutórias são irrecorríveis de forma imediata na Justiça do Trabalho.